

GOVERNAÇÃO POMBALINA E LUZES NOS TRÓPICOS **Entre polêmicas e interpretações:** **alguns aspectos do período pombalino**

Introdução

As relações entre historiografia e memória, tanto na teoria como na prática historiográfica, constituem um dos temas mais complexos e difíceis dentre aqueles com que se defronta o historiador hoje em dia. O *período pombalino* não foge a esta regra, pois, a história de sua historiografia constitui na verdade uma espécie de embate constante, interminável, entre interpretações históricas mais ou menos objetivas e memórias produzidas ao longo do tempo decorrido entre a própria época da governação pombalina e os dias atuais.

Para este breve trabalho selecionamos alguns dos inúmeros temas que caracterizam o período pombalino do ponto de vista interpretativo e/ou polêmico. A título de introdução, apresentaremos, em perspectiva, as principais tendências presentes ao longo da história da época pombalina. A seguir, focalizaremos alguns temas mais ou menos pontuais mas obrigatórios nas narrativas sobre a mesma época.

* Universidade Salgado de Oliveira; Prof. Titular, aposentado, da UFF (Brasil).

I. Das polêmicas às interpretações - biografia e história

Em 1947, no livro *O Marquês de Pombal e os seus biógrafos* Alfredo Duarte Rodrigues apresentou um longo e minucioso balanço das obras publicadas durante século e meio de história acerca da figura do Marquês de Pombal - vida e obra. Em face das intermináveis escaramuças entre inimigos e defensores de Sebastião José de Carvalho e Melo, o autor desenvolveu seus próprios argumentos a respeito daquilo que denominou de *razão de ser de uma revisão à sua história* (subtítulo do livro). Alfredo Rodrigues estava então a encerrar um longo ciclo de abordagens biográficas baseadas quase todas elas em tomadas de posição ideológicas *pombalinas* ou *anti-pombalinas*, cheias de elogios, admiração e agradecimentos ou, ao contrário, de críticas, ódios, e condenações.

Uma primeira tentativa, autêntica exceção à regra então vigente, foi aquela empreendida por João Lúcio de Azevedo em *O Marquês de Pombal e a sua época*, cuja primeira edição foi publicada em Lisboa, em 1909. Apesar da importância dessa tentativa empreendida por João Lúcio, seus críticos não deixaram passar em branco a ironia do autor e seu viés anti-pombalino em relação a alguns aspectos das ações de Carvalho e Melo. Seja como for, porém, tratava-se ainda, em última análise, de uma abordagem biográfica.

Em termos propriamente historiográficos, a verdadeira viragem só veio a ocorrer em 1951, com o livro de Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal*. Foi este trabalho que inaugurou de fato uma nova tendência nos estudos pombalinos - o estudo da época como um todo, em termos estruturais e conjunturais. Em substituição à tradicional discussão sobre *o homem*, Macedo optou pela análise estrutural e conjuntural da *época* enfocando os seus aspectos económicos, sociais e ideológicos. Levantou dados em fontes primárias, elaborou tabelas e gráficos representativos dos movimentos das atividades económicas, bem como do papel desempenhado pelos setores mais prósperos do grupo mercantil na criação e desenvolvimento das empresas mercantis e das novas *fábricas*, revelando a estreita associação entre os interesses da Coroa e os de setores privados.

Em 1976, apresentamos com o título de *Política económica e monarquia ilustrada. A Época Pombalina* um estudo no qual visamos analisar como um todo a chamada *Época Pombalina*. Sem ignorar o papel de Sebastião José de Carvalho e Melo durante o reinado de D. José I,

construímos uma obra de síntese voltada principalmente para a análise dos principais textos de época nos quais se materializam as idéias e práticas mercantilistas e ilustradas típicas do período pombalino. Em consequência do tempo escasso de que então dispúnhamos, limitamos nosso estudo aos aspectos metropolitanos, deixando de lado as questões tão importantes que caracterizam a política do reformismo ilustrado na América Portuguesa.

Com a passagem dos anos 70 aos anos 80, novas tendências historiográficas emergiram no panorama internacional e nacional da produção historiadora. Uma das principais características dessas tendências foi o progressivo abandono das abordagens totalizantes, ou seja, voltadas para o estudo e interpretação globais de um período histórico entendido como uma totalidade articulada e racional. Tal fato evidenciou-se já por ocasião das comemorações do 2.º centenário da morte de Pombal, em 1982, em Portugal e no Brasil. Agora, o período pombalino é apenas uma referência cronológica que funciona como uma espécie de elemento unificador comum aos trabalhos unidos por esse laço cronológico.

Tivemos assim, dentre as mais importantes publicações de começos da década de 80:

1. *O Marquês de Pombal e o seu tempo*. Dois tomos do número IV da *Revista de História das Ideias*, do Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, coordenados por Luís Reis Torgal e Isabel Vargues. Os numerosos artigos incluídos denotam a enorme variedade de perspectivas temáticas e metodológicas de seus autores, ao passo que a perspectiva biográfica que aqui nos interessa prima pela ausência, salvo em dois ou três casos bastante pontuais a respeito de períodos limitados da vida de Carvalho e Melo.

2. *Pombal Revisitado*. Trata-se de dois volumes, editados em 1984, sob a coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos. Estão aí reunidas contribuições bastante originais e importantes, todas elas distribuídas segundo seis grandes eixos temáticos que se situam muito longe do que se poderia chamar de perspectiva global. A destacar, sob tal ponto de vista, apenas o discurso de encerramento pronunciado por Joel Serrão sob o título de *Repensar Pombal*.

3. *Como interpretar Pombal?* Volume composto de 16 estudos comemorativos do bicentenário do Marquês de Pombal, antes dispersos por quatro números da *Revista Brotéria*. Também aqui os temas são muitos e enfocam aspectos bastante específicos do período pombalino. Exceções à

regra seriam apenas o texto de Manuel Antunes "Como interpretar Pombal?" e, principalmente, o texto de Jorge Borges de Macedo "Dialéctica da Sociedade portuguesa no tempo de Pombal".

4. *Marquês de Pombal. Bibliografia, Iconografia.* Biblioteca Nacional, Lisboa, 1982. Obra de referência, simboliza bem a importância atribuída ao *bicentenário*.

Em 1999, em Pombal e Oeiras, comemorou-se o terceiro centenário do nascimento do Marquês de Pombal com a realização de um Congresso - *O Marquês de Pombal e a Sua Época* (10-12 de novembro, Pombal), e um Colóquio - *O Século XVIII e o Marquês de Pombal* (17-20 de novembro, Oeiras). Se os trabalhos então apresentados puderam evidenciar a importância das novas abordagens historiográficas para o estudo e interpretação de diversos aspectos do período pombalino, não se encontra nas Actas respectivas a presença de estudos propriamente biográficos.

2. Enquanto a fragmentação de temas e abordagens, a partir dos anos 80, ia substituindo os trabalhos mais abrangentes ou totalizantes, as biografias históricas retornavam com força ao primeiro plano da produção historiográfica. Todavia, no que concerne a Pombal, bem se poderia observar o contraste entre a parca produção biográfica e a enorme quantidade de trabalhos produzidos a respeito dos mais diferentes aspectos da *época pombalina*. Dentre os estudos biográficos mais ou menos recentes, apenas podemos anotar:

2.1. Em 1961, no Rio de Janeiro, Teixeira Soares publicou um livro intitulado *O Marquês de Pombal (A lição do passado e a lição do presente)*. Elogiada por alguns críticos de então, a narrativa de Teixeira Soares é rigorosamente cronológica e factual, incluindo praticamente todos os tópicos bastante conhecidos a respeito das idéias e ações do Marquês.

2.2. Como ficamos então em termos de biografias? A rigor, restam-nos somente duas: uma representa a típica biografia romaneada, bem escrita mas pouco preocupada com a documentação e com as eventuais diferenças/distâncias entre história e ficção, entre o anedótico e o realmente histórico - referimo-nos aqui ao livro de Agustina Bessa-Luís, *Sebastião José*, de 1990; a outra é um estudo histórico rigoroso, bem documentado, minucioso em alguns casos, elaborado por Kenneth Maxwell, e intitulado *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*,

publicada em 1996. No momento, este é o estudo histórico-biográfico mais atualizado e completo acerca de Pombal e sua atividade política.

2. Questões a respeito de alguns temas específicos

Desde o momento em que concluímos nosso estudo da Época Pombalina, em 1976, procuramos retomar e aprofundar alguns dos temas ali incluídos e, sobretudo, abordar aspectos ou questões relativos ao impacto e às representações do "reformismo ilustrado" pombalino no âmbito da sociedade colonial (América Portuguesa). Produzimos assim, aos poucos, diversos artigos, comunicações e capítulos de livros enfocando temas de história económica, político-administrativa, e cultural, trabalhos estes que estamos tentando reunir para uma possível publicação. Na oportunidade proporcionada por este Seminário, desejamos divulgar uma pequena parcela de tais estudos e trabalhos.

Tendo em vista as naturais limitações desta nossa apresentação resolvemos mencionar resumidamente alguns daqueles temas indicando suas principais características e suas fontes mais importantes, ficando assim para os textos mais completos, já publicados ou ainda em andamento, a exposição mais sistemática das respectivas matérias.

1. A *Sombra de Methuen* - Trata-se de retomar a questão dos efeitos ou repercussões do Tratado de Methuen segundo uma dupla perspectiva: a historiográfica e a das idéias e práticas político-económicas *pombalinas*. O texto respectivo foi apresentado durante o XI Seminário Sobre a Economia Mineira, realizado em Diamantina, em agosto de 2004. Sua versão completa e revista será publicada, em 2005, na *Revista Nova Economia*, em Belo Horizonte.

A perspectiva historiográfica está centrada na questão do lugar que o *Tratado de Methuen* ocupou desde sempre nos trabalhos dedicados à história das relações anglo-lusas: papel decisivo, responsável em última instância pela *dependência de Portugal* em relação à Inglaterra e por quase todos os males económicos portugueses. Uma interpretação simplista, equivocada, cujas insuficiências lógicas e factuais vêm sendo expostas em trabalhos recentes, a começar pelos de Jorge Borges de Macedo.

Quanto à segunda perspectiva, voltada para o exame das idéias e práticas económicas propriamente pombalinas, nosso objetivo foi o de analisar as próprias idéias de Carvalho e Melo através de seus numerosos

textos escritos em momentos e circunstâncias das mais variadas, desde 1738 a 1782. Percebemos aí, tanto nos próprios textos como nas práticas a eles associadas, as inúmeras peripécias de um relacionamento cheio de ambigüidades mas portador também de algumas poucas certezas permanentes a propósito dos interesses anglo-lusitanos. É assim que se pode demonstrar as tremendas complexidades de uma política que está em nítido contraste com a maior parte das descrições e interpretações de historiadores que tendem a reduzir essa política pombalina pura e simplesmente a uma série de atos hostis à Inglaterra.

2. Em 2003, no Rio de Janeiro, participamos do VI Colóquio Luso-Brasileiro de Historia da Arte, com uma palestra sobre *O iluminismo e o período pombalino*. Foi nossa intenção, nessa oportunidade, preencher uma lacuna bastante sensível de nosso estudo sobre *A Época Pombalina*, assim como demonstrar, através de alguns exemplos, os avanços já realizados no âmbito dessa temática, tanto em Portugal como no Brasil. De fato, se na esfera da historia cultural, as idéias e práticas pedagógicas da Ilustração em Portugal continuam a ser objeto de numerosos estudos, os quais se estendem cronologicamente para muito além de 1777, as questões relativas à literatura, artes plásticas, cênicas, e musica ficaram por muito tempo ignoradas ou esquecidas. Tal era a situação, aliás, quando escrevi minha tese sobre as reformas pombalinas. A partir dos anos 80, porém, prosseguindo ao longo dos anos 90, não foram poucos os trabalhos - artigos, comunicações e teses - que lançaram novas luzes sobre a realidade das atividades artísticas e literárias sob a governação pombalina, mostrando também, em relação a diversos artistas, as relações ora ambíguas, ora francamente *interessadas* entre o poder e a produção artística, como, por exemplo, nos casos de Basilio da Gama, Francisco José Freire, Luis Antonio Verney, Silva Alvarenga, Francisco de Melo Franco, Antonio Diniz da Cruz e Silva. Em resumo, pode-se observar que, ao contrário das interpretações mais antigas sobre as relações entre pombalismo e produção cultural, centradas no conceito de **repressão**, as novas abordagens põem em primeiro plano as práticas de **mecenato** mais associadas ao conceito de **colaboração**.

3. As reformas pombalinas no âmbito da história político-administrativa da América portuguesa constituem uma questão a respeito da qual, através de vários trabalhos, temos buscado justificar a necessidade de relativizar, ou, melhor, contextualizar, a análise das práticas do

reformismo ilustrado no cenário da situação colonial. De acordo com esta perspectiva, consideramos fundamental levarmos na sua devida conta dois conjuntos de fatores: primeiro, os próprios agentes político-administrativos da Coroa portuguesa, quer na metrópole quer no território colonial; em segundo lugar, os aspectos relativos as atitudes das *elites coloniais* em face do reformismo ilustrado.

As relações entre as reformas ilustradas e a administração colonial vão bastante além da simples enumeração de providências ou disposições de caráter mais ou menos pontual. A questão do funcionamento dos órgãos já existentes e do comportamento de seus agentes, é bem mais significativa.

A seguir, é necessário relativizar os objetivos, sobretudo em função da retórica iluminista dos textos oficiais.

Por último, cabe ao historiador avaliar sempre que possível as distâncias reais entre objetivos e práticas, a perspectiva dos próprios agentes do poder real tanto com relação às determinações metropolitanas como diante das elites coloniais.

Daí decorrem pelo menos duas ordens de problemas: o distanciamento das práticas e a recepção e apropriação das idéias e reformas *ilustradas* pelos diversos segmentos das elites coloniais.

O papel das elites coloniais em face das reformas ilustradas consistiu em atitudes e tomadas de consciência quer em face da burocracia político-administrativa, quer a propósito das idéias e práticas ditas *ilustradas*. Trata-se, no primeiro caso, de conhecer com mais precisão as relações das elites com os agentes do poder real e a realidade de relações de acomodação e colaboração, ao lado das de conflito. Temos aí todo o capítulo da interpenetração social e económica, de aportuguesamento ou abasileiramento, conforme o caso, ou situação histórica concreta. Já no segundo caso acima, estamos em face de um tipo de indagação pouco cogitada por muitos historiadores - a questão da recepção e da leitura dos discursos e das próprias práticas reformistas que as autoridades metropolitanas chamavam de *ilustradas*.

4. Trata-se de não se perder de vista a situação colonial, a realidade da existência de um contexto que, na falta de denominação mais adequada, ou menos suspeita de anacronismo, intitulamos "a face brasileira do período pombalino". Acreditamos que este é, ou deveria ser, o verdadeiro cerne das interpretações interessadas em analisar as características

assumidas pelas diferentes reformas pombalinas no espaço-tempo da América Portuguesa e os seus diversos *brasis*. Procura-se assim perceber os papéis desempenhados pelas realidades coloniais diante das idéias e práticas do *reformismo ilustrado*, com especial atenção para as formas assumidas pela recepção dessas mesmas idéias e praticas.

Informação bibliográfica

Cada um dos tópicos escolhidos para esta apresentação baseia-se na verdade num trabalho já publicado, ou em processo de publicação:

O primeiro, que denominamos de *A sombra de Methuen*, resume artigo intitulado "O império luso-brasileiro e a questão da dependência inglesa - um estudo de caso: a política mercantilista durante a Época Pombalina e a sombra do Tratado de Methuen" (Nova Economia, Belo Horizonte - 15 [2] — 11 — 34 - maio-agosto de 2005).

O segundo, acerca de certos aspetos culturais da governação pombalina, apresenta alguns topicos da palestra intitulada "O Iluminismo e o período pombalino", publicada nos *Anais do VI Colóquio Luso-Brasileiro de Historia da Arte*, Rio de Janeiro, 2004, vol. 1, pp. 207-220.

O terceiro e o quarto tópicos tentam dar conta de questões fundamentais para a própria visão historiadora das chamadas reformas ilustradas. Apenas para citar nossos trabalhos mais recentes sobre tais questões, aqui mencionamos:

1. *Portugal y Brasil en el siglo XVIII. Las reformas del despotismo ilustrado y la sociedad colonial. Historia General de America Latina*, vol. IV, Parte III, Capitulo X, Paris, UNESCO, 2000, pp. 265-283.

2. "Aspectos interpretativos da História Político-Administrativa da América Portuguesa nos séculos XVII-XVIII", *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXIV, 2000, pp. 633-660.

3. *Reformas pombalinas e situação colonial. Actas dos VII Cursos Internacionais de Verão de Cascais (3 a 15 de julho de 2000)*, Cascais, Câmara Municipal, 2001, pp. 49-68.

4. *As reformas ilustradas pombalinas no âmbito da História Político-Administrativa do Brasil-Colônia. Actas do Congresso O Marquês de Pombal e a sua Época*, 10 a 12 de novembro de 1999, Câmara Municipal de Pombal, pp. 189-203.

Esperamos sinceramente que esta nossa participação venha a contribuir de maneira efetiva para um autentico repensar a respeito do reformismo ilustrado pombalino, sobretudo na América Portuguesa. Acima de tudo, porém, desejamos prestar nossa homenagem a alguém que tanto se preocupou, ao longo de sua carreira, com as questões políticas e ideológicas do período pombalino: o Prof. Luís Manuel dos Reis Torgal. (Niterói, 2007-2008)